

DECISÃO ADMINISTRATIVA

CONCORRÊNCIA SESC Nº. 000002-25-CC

RECORRENTE: CANNES PUBLICIDADE LTDA

RECORRIDO: *DECISUM* DA SUBCOMISSÃO TÉCNICA NOMEADA PELA ORDEM DE SERVIÇO SESC/DR de n.º 016/2025.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE AGÊNCIA DE PROPAGANDA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA O SESC/TO.

I – DO JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE RECURSAL

O Recurso Administrativo revela-se adequado, tempestivo e subscrito por seu representante habilitado. Assim, preenchidos os pressupostos de admissibilidade, recebo o presente Recurso interposto pela empresa Recorrente.

Passemos à análise.

II - RELATÓRIO.

Trata-se de recurso administrativo interposto pela empresa CANNES PUBLICIDADE LTDA., em face das notas atribuídas pela Subcomissão Técnica no Processo Licitatório de n.º 000002-25.

III – DAS RAZÕES RECURSAIS APRESENTADAS PELA EMPRESA RECORRENTE

Em síntese, a RECORRENTE, em suas razões recursais, menciona o que segue:

- I. Que a licitante Desigual Propaganda seja desclassificada por não apresentar corretamente os valores de criação e produção das peças da campanha do Sesc/TO, em sua estratégia de mídia e não mídia, descumprindo o item 8.6.5.1 da página 10 do edital;
- II. Que a licitante Desigual Propaganda seja desclassificada por ter estourado a verba da campanha do Sesc/TO, na sua estratégia de mídia e não mídia, criando uma campanha no valor de R\$ 273.157,00; e
- III. Que a licitante Cannes Publicidade Ltda, seja declarada classificada em primeiro lugar e convocada para as próximas sessões.

Em ato contínuo, o recurso interposto foi concedido publicidade no site do Sesc/TO e através dos e-mails das empresas licitantes, e, concedido o prazo para apresentarem contrarrazões.

Compulsando os autos, verifica-se que a empresa Desigual Propaganda Ltda, apresentou suas contrarrazões, alegando, basicamente, *que: " não se configura qualquer descumprimento ao edital que justifique a reavaliação das notas atribuídas. Assim sendo, requer-se o desprovento do recurso interposto, mantendo-se integralmente a decisão administrativa da Comissão Permanente".*

Em síntese é o relatório.

IV – FUNDAMENTAÇÃO.

De início insta salientar que o Sesc é uma entidade de âmbito Nacional que atua no fomento do desenvolvimento do País, nas áreas de lazer, educação, cultura e esporte, sempre pautada pela lisura e moralidade administrativa em suas ações, jamais tendo interesse em beneficiar este ou aquele licitante, pelo contrário, tem seu compromisso com o respeito a todos os licitantes e sobretudo tratamento igualitário a todos que manifestam interesse em contratar com a instituição, por tais razões repudia qualquer manifestação que vise macular a imagem desta renomada instituição, pelo que reforça seu posicionamento veemente quanto as suas decisões sob a égide da lei e em consonância com os princípios da legalidade, moralidade, publicidade, igualdade e eficiência, não tendo o menor receio em dispor ao conhecimento dos órgãos competentes o que for necessário ao fiel cumprimento da lei, da moral e dos bons costumes.

Antes de adentrar no cerne da questão em exame, forçoso salientar que o Sesc/TO se caracteriza como Serviço Social Autônomo integrante do denominado Sistema “S”, instituído por lei, possuindo personalidade de direito privado e não têm fins lucrativos. É um ente paraestatal, no sentido de que atua ao lado do Estado, mediante o desempenho de atividades não lucrativas, não integrando a Administração Direta (União, Estados, Municípios e Distrito Federal), nem tampouco a Indireta (Autarquias, Fundações Públicas, Sociedades de Economia Mista e Empresas Públicas).

Neste entendimento, as Decisões 907/97, de 11/12/1997 e 461/98, de 22/7/1998 do Plenário do Tribunal de Contas da União, consolidaram a interpretação de que os Serviços Sociais Autônomos do qual o Sesc/TO é parte integrante, não estão sujeitos aos procedimentos da Lei nº 8.666/93 **(e por analogia da referida decisão inframencionada, o Sistema “S” não está também sujeito a atual lei de licitações e contratos, qual seja, Lei de n.º 14.133/2021)** próprios devidamente aprovados e publicados, senão vejamos:

“1.1 – improcedente, tanto no que se refere à questão da “adoção” pelo SENAC/RS, da praça pública Daltro Filho, em Porto Alegre – RS, quanto no que tange aos processos licitatórios, visto que, por não estarem incluídos na lista de entidades enumeradas no parágrafo único do art. 1º da Lei 8.666/93, os serviços sociais autônomos não estão sujeitos à observância dos estritos procedimentos na referida lei, e sim aos seus regulamentos próprios devidamente publicados;” (TCU, Decisão 907/1997 – Plenário, Min. Rel. Lincoln Magalhães da Rocha).

Conforme preceitua o Regulamento de Licitações e Contratos do Serviço Social do Comércio – Sesc em seu art. 2º, inciso I¹, a licitação destina-se a seleção da proposta mais vantajosa e garantia da transparência, da isonomia, da ética, da integridade, da legitimidade, da eficiência, da celeridade e da objetividade da aplicação dos recursos, práticas de controle e de colaboração, bem como o alcance de suas finalidades institucionais.

¹ Resolução Sesc/DN de n.º 1.593 de 02 de maio de 2024.

Por fim, é imperioso enaltecer o trabalho desenvolvido pelos representantes da Comissão de Licitação e da Subcomissão Técnica do Sesc/TO, que de forma notória vem atuando nos estritos limites da legalidade, com extremo zelo aos interesses da instituição, agindo sempre na busca da proposta mais vantajosa aliada a qualidade e economicidade, não medem esforços para que o certame alcance seus objetivos, evitando prejuízos financeiros ou a boa imagem institucional da entidade que representam, dignos, portanto, do devido reconhecimento, pelo que, aqui fica registrado.

Pois bem.

Compulsando as razões recursais interposta pela empresa Recorrente, verifica-se que, a matéria posta possui caráter eminentemente técnico, nesse toar, as conclusões exaradas pela Subcomissão Técnica do Sesc/TO servem para nortear a construção do juízo decisório desta gestão.

Após a devida reavaliação dos argumentos apresentados, conclui-se que não há elementos que justifiquem a alteração da decisão anteriormente proferida. O julgamento realizado pela Subcomissão Técnica seguiu rigorosamente os critérios estabelecidos no edital, respeitando os princípios da legalidade, impessoalidade e isonomia.

Diante disso, e, em relação aos critérios técnicos avaliativos e com base no parecer técnico expedido pela Subcomissão técnica, documento em anexo, ficou assente que a empresa Recorrente não assiste razão porquanto esta comissão reitera sua avaliação, destacando de forma objetiva e pontualmente as análises técnicas e situações exatas que levaram às atribuições das respectivas notas.

IV - DA DECISÃO

Ante o exposto, conheço do recurso interposto, eis que presentes os pressupostos subjetivos e objetivos de sua interposição, para no mérito, **NEGAR-LHE PROVIMENTO**, mantendo-se inalterada a decisão original, pelos seguintes fundamentos:

1. A avaliação técnica foi conduzida conforme os critérios previamente estabelecidos no edital;
2. Não foram identificadas inconsistências ou falhas processuais que comprometam o julgamento realizado; e
3. O procedimento adotado respeitou integralmente o Regulamento de Licitações e Contratos do Sesc, qual seja, Resolução SESC/DN de n.º 1.593/2024.

Palmas/TO, 31 de março de 2025.

Assinatura eletrônica

Valcy Barbosa Ribeiro
Diretor Jurídico Sesc/TO

Anexo I – Parecer Técnico expedido pela Subcomissão técnica em face das razões recursais interpostas pela empresa Reconte.

Sesc - Serviço Social do Comércio | Departamento Regional Tocantins | Sede Administrativa
Quadra ACSU NO 40, Av. Teotônio Segurado, Conj. 01, LT 19, Nº 19 - Palmas/TO - CEP 77001-226
TEL (63) 3219-9101 | www.sescto.com.br

PARECER DA SUBCOMISSÃO TÉCNICA

Processo Licitatório de n.º 000002-25, na modalidade Concorrência, do tipo, Técnica e Preço.

De: Subcomissão Técnica nomeada pela Ordem de Serviço Sesc/DR de n.º 016/2025

Para: Comissão de Licitação do Sesc/TO de n.º 1169/2025

Assunto: Parecer técnico em face das razões interpostas pela empresa CANNES PUBLICIDADE LTDA. LTDA. Processo Licitatório de n.º 000002-25 – CONTRATAÇÃO DE AGÊNCIA DE PROPAGANDA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA O SESC/TO.

Senhor presidente da Comissão Permanente de Licitação,

Trata-se de recurso interposto pela empresa Cannes Publicidade LTDA., contra a decisão da Subcomissão Técnica no Processo Licitatório de n.º 000002-25, tendo como objeto, A CONTRATAÇÃO DE AGÊNCIA DE PROPAGANDA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA O SESC/TO.

I – DAS RAZÕES RECURSAIS APRESENTADAS PELA EMPRESA RECORRENTE

Em síntese, a RECORRENTE, em suas razões recursais, menciona o que segue:

- I. A Cannes Publicidade Ltda REQUER que a licitante Desigual Propaganda seja desclassificada por NÃO APRESENTAR CORRETAMENTE OS VALORES DE CRIAÇÃO E PRODUÇÃO DAS PEÇAS da campanha do SESC-TO, em sua Estratégia de Mídia e Não Mídia, descumprindo o item 8.6.5 da página 10 do Edital;
- II. Que a licitante Desigual Propaganda seja desclassificada por NÃO APRESENTAR CORRETAMENTE O PLANO SIMULADO DE DISTRIBUIÇÃO DAS PEÇAS, COM SEUS RESPECTIVO PERÍODO DE DISTRIBUIÇÃO, em sua Estratégia de Mídia e Não Mídia, descumprindo o item 8.6.5.1 da página 10 do Edital;
- III. Que a licitante Desigual Propaganda seja desclassificada por TER ESTOURADO A VERBA DA CAMPANHA DO SESC/TO, na sua Estratégia de Mídia e Não Mídia, criando uma campanha no valor de R\$ 273.157,00;

- IV. Que a licitante Cannes Publicidade Ltda. seja declarada classificada em primeiro lugar e convocada para as próximas sessões.



II - DA ANÁLISE AS RAZÕES RECURSAIS INTERPOSTAS:

Esta Comissão Permanente de Licitação reitera sua ética e igual tratamento para com todas as licitantes diante da avaliação das propostas, reforçando o caráter ilibado e ético da instituição, bem como a intenção de eleger a proposta mais vantajosa. Visto que as avaliações são realizadas com base nas propostas apócrifas e, só então são reveladas as autorias, não parece justo qualquer acusação de tratamento diferenciado, embora seja legítimo e esperado que as licitantes cuja avaliação lhe concede notas inferiores apresentem recursos buscando um melhoramento de suas notas. Sendo assim serão consideradas e analisadas cada uma das argumentações acerca da proposta da licitante que obteve a maior nota na avaliação.

1 Da Adequação do Custo Apresentado:

- A Desigual Propaganda apresentou um vídeo para Painel de LED de 15" (quinze segundos) sem custo adicional de criação, uma vez que tal material trata-se de um reaproveitamento de outro, criado para Feed e Stories, cujos custos de criação se apresentam contemplados na simulação.
- A peça em questão cujos custos são questionados, então não se trataria de outra coisa além de um reaproveitamento criativo e otimizado de recursos, prática considerada válida e, no entendimento desta Comissão, válida para a economicidade de recursos e aproveitamento eficaz da verba destinada.

2 Da Diferença de Valores com a Tabela SINAPRO/TO:

- a. A Desigual Propaganda apresenta custo de produção adequado às necessidades do cliente ao entregar proposta economicamente mais vantajosa para o SESC Tocantins.

3 Da Equidade e Isonomia da Licitação:

- a. A alegação de que houve quebra da isonomia na licitação não se sustenta, uma vez que todas as licitantes tiveram a liberdade de apresentar suas propostas e metodologias, desde que respeitados os critérios do edital.
- b. O critério de julgamento deve considerar a economicidade e a qualidade das propostas apresentadas, e não apenas a adesão irrestrita a tabelas referenciais.



4 Da Transparência na Composição de Custos:

- a. A proposta da Desigual Propaganda foi elaborada de forma clara e detalhada, com a correta alocação dos custos dentro da verba estipulada no edital.
- b. O argumento da Cannes Publicidade de que houve extrapolação orçamentária não se sustenta, visto que a proposta da Desigual Propaganda respeita integralmente o teto estabelecido.
- c. O método de cálculo apresentado pela agência recorrente ignora a possibilidade de otimização de custos por meio de estratégias inovadoras, o que demonstra uma tentativa de desqualificar uma proposta legítima e vantajosa para o Sesc Tocantins.
- d. A Desigual Propaganda, ao conseguir um custo de produção mais acessível, proporciona ao Sesc Tocantins uma proposta mais vantajosa dentro dos limites estabelecidos pelo edital, sem extrapolar o orçamento previsto para a campanha.
- e. Consideramos, então, corretos os valores apresentados, assegurando que NÃO se trata, portanto, de uma extrapolação de valores da verba referencial.

5 Da Precificação do Selo

- a. No Plano de Comunicação apresentado pela licitante Desigual Propaganda, o selo descrito, presente em todas as peças gráficas, nada mais seria, no entendimento desta subcomissão, que um elemento integrante da Identidade Visual, utilizado para complementar a mensagem dessas peças. Não se tratando, portanto, de uma peça, e sim de um elemento, ao qual não caberia uma cobrança da sua criação. Detalhar seus custos em separado seria como realizar a cobrança, em

separado, de outros elementos como grafismos, ilustrações e/ou ícones e símbolos criados para as peças de uma campanha. A otimização de custos foi considerada por esta subcomissão.

6 Da discriminação das peças da Identidade Visual

- a. No Plano de Comunicação, a Identidade Visual é defendida e apresentada como uma prancha única, onde são discriminados e defendidos os elementos visuais da campanha. Não se trata de nada além de uma apresentação conforme solicitado no Item 3.7.1.1 do edital. Item este, que foi erroneamente desconsiderado ou ignorado na proposta da recorrente.

8.6.3 – Ideia Criativa



GOIÂNIA | BRASÍLIA | PALMAS | TERESINHA
f i c CannesPublicidade | cannes.com.br

Em todas as peças, a intenção é divulgar uma imagem de venda da Clínica de Nutrição Sesc Palmas, seus serviços e benefícios, mas sem perder de vista o aspecto humano e a sua característica informativa e persuasiva. Observando a linha de comunicação desenvolvida pelo Sesc, comprovamos que nossa proposta é totalmente exequível do ponto de vista técnico, pois utiliza elementos simples, de fácil entendimento por quaisquer segmentos de público, independentemente de posição social ou grau de instrução.

Como peças que corporificam a ideia criativa e relacionadas no Edital, apresentamos:

- Selo - para a identidade visual da campanha e da Clínica de Nutrição;
 - Slogan - para compor com o selo e a identidade visual da campanha, com uma frase curta ao lado do selo do produto (clínica);
 - Layout de post carrossel para feed do Instagram;
 - Layout de stories para feed do Instagram;
 - Webbanner para site - para divulgação da campanha;
 - Monstro de vídeo para Reels do Instagram (com influencer digital);
 - Panfleto no formato A5 (frente e verso);
 - Cartaz no formato A3;
 - Monstro de spot para Rádio, no formato 15" (com roteiro obrigatório);
 - Layout de Hotsite para divulgação da campanha e agendamentos;
- Peças de livre criação (no máximo 3 peças), apresentamos:
- Outdoor – para divulgação out-of-home;
 - Roteiro de VT no formato 30" para divulgação na TV;

7 Das datas de Distribuição

- a. No Plano de Comunicação da recorrida, esta Comissão conseguiu identificar, em 2 (dois) trechos distintos, a discriminação das datas de distribuição da campanha. A primeira, no item “Quando Dizer” do subquesto “Estratégia de Comunicação Publicitária”.

C
io

Senac

Quando dizer:

O período estipulado para a campanha, sobre a qual se desenvolve o planejamento de mídia, é de 17 de março a 31 de março de 2025, totalizando 15 dias.

Meios, instrumentos ou ferramentas de divulgação a utilizar

- b. A segunda, no subquesto “Estratégia de mídia e não mídia”:

A veiculação ocorrerá em Palmas, conforme o briefing, visando aumentar os atendimentos na Clínica Nutricional do Sesc Palmas. A amplitude da mensagem é essencial para atingir os objetivos da campanha, considerando as características demográficas e sociais dos meios de comunicação escolhidos. A campanha simulada terá um período de 15 dias, sendo: 17 de março a 31 de março de 2025.

III – DAS CONTRARRAZÕES APRESENTADAS PELA EMPRESA DESIGUAL PROPAGANDA LTDA

Após análise das contrarrazões apresentadas pela licitante Desigual Propaganda Ltda., manifestamos nossa concordância com os argumentos expostos, considerando que não há objeções técnicas ou administrativas que impeçam seu acolhimento.

IV - DA DECISÃO

Esta comissão, seguindo o que rege este edital, sem qualquer violação da competição e afronta aos princípios da legalidade, isonomia, vinculação ao Edital, impessoalidade, moralidade e probidade administrativa, não encontrou as irregularidades apresentadas pela Cannes Publicidade Ltda., não merecendo acolhimento o recurso em tela.


Impõem-se, portanto a manutenção da decisão sobre o julgamento das propostas técnicas das agências e a improcedência das alegações da recorrente.

Pelo exposto, esta Subcomissão, após análise dos pontos apresentados no recurso pela licitante, Cannes Publicidade Ltda., com intuito de auxiliar a decisão da Direção Regional, manifesta-se da seguinte forma:

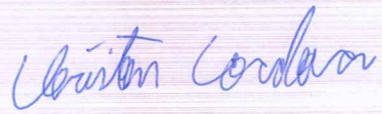
1. Conheço do recurso interposto, para no mérito, NEGAR PROVIMENTO, conforme os esclarecimentos já realizados por esta subcomissão.

É o parecer.


Palmas/TO, 31 de março de 2025



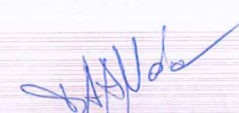
Camila Thieme Takahashi
Membro da Subcomissão



Clériston Cordova
Membro da Subcomissão



Isabel Cristina Mendes Ribeiro
Membro da Subcomissão



Diogo Akyra Arantes Noda
Membro da Subcomissão

Decisão Administrativa - Empresa CANNES....pdf

Documento número #64c472e0-c905-4b40-bd60-971e2e609434

Hash do documento original (SHA256): f80aaee970c959215aa4362011b8ad4ccdb6e24e87660e804b3aa91ac60c7d8b

Assinaturas



Valcy Barboza Ribeiro

CPF: 003.956.871-79

Assinou em 31 mar 2025 às 17:25:33

Log

- 31 mar 2025, 17:17:45 Operador com email gestaodecontratos@sescto.com.br na Conta 519242cb-83a7-4202-a85c-e51b6135f16a criou este documento número 64c472e0-c905-4b40-bd60-971e2e609434. Data limite para assinatura do documento: 30 de abril de 2025 (17:17). Finalização automática após a última assinatura: habilitada. Idioma: Português brasileiro.
- 31 mar 2025, 17:20:49 Operador com email gestaodecontratos@sescto.com.br na Conta 519242cb-83a7-4202-a85c-e51b6135f16a adicionou à Lista de Assinatura: valcy@sescto.com.br para assinar, via E-mail.
- Pontos de autenticação: Token via E-mail; Nome Completo; CPF; endereço de IP. Dados informados pelo Operador para validação do signatário: nome completo Valcy Barboza Ribeiro.
- 31 mar 2025, 17:25:33 Valcy Barboza Ribeiro assinou. Pontos de autenticação: Token via E-mail valcy@sescto.com.br. CPF informado: 003.956.871-79. IP: 45.234.139.18. Localização compartilhada pelo dispositivo eletrônico: latitude -10.166664 e longitude -48.330694. URL para abrir a localização no mapa: <https://app.clicksign.com/location>. Componente de assinatura versão 1.1166.0 disponibilizado em <https://app.clicksign.com>.
- 31 mar 2025, 17:25:36 Processo de assinatura finalizado automaticamente. Motivo: finalização automática após a última assinatura habilitada. Processo de assinatura concluído para o documento número 64c472e0-c905-4b40-bd60-971e2e609434.



Documento assinado com validade jurídica.

Para conferir a validade, acesse <https://www.clicksign.com/validador> e utilize a senha gerada pelos signatários ou envie este arquivo em PDF.

As assinaturas digitais e eletrônicas têm validade jurídica prevista na Medida Provisória nº. 2200-2 / 2001

Este Log é exclusivo e deve ser considerado parte do documento nº 64c472e0-c905-4b40-bd60-971e2e609434, com os efeitos prescritos nos Termos de Uso da Clicksign, disponível em www.clicksign.com.